

# A Idéia de Europa no Período Fascista análise de um livro de história da pedagogia\*

*Giovanni Genovesi\*\**

*Tradução de Maria de Lourdes Menon\*\*\**

O artigo propõe-se a evidenciar a imagem de Europa presente no manual de Michele Federico Sciacca, *O problema da educação na história do pensamento filosófico e pedagógico*. Após apresentar os critérios metodológicos que presidiram a análise, o texto evidencia: a falta de contextualização histórica; o entendimento superficial dos conceitos de educação e pedagogia; a apologia da civilização cristã; a exaltação do historicismo de Vico e do “espiritualismo italiano” em contraste com uma concepção anti-historicista do iluminismo; e a condenação do positivismo, em geral, em contraposição a uma avaliação favorável do positivismo filosófico italiano. Em suma, na perspectiva do livro analisado, a idéia de Europa não pode suscitar senão a imagem de competitividade e de perigo. O livro detém-se numa consciência provinciana de um nacionalismo mesquinho que considera a Itália a nação mais civilizada da Europa.

*IDÉIA DE EUROPA; HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO; HISTÓRIA DA PEDAGOGIA; MANUAIS ESCOLARES.*

The proposition of the article is to make evident the image of Europe present in the Michele Federico Sciacca manual, “The education problem in the philosophical and pedagogical thought history”. After presenting the methodological criteria that managed the analysis, the text points out: the lack of historical contexture; the superficial understanding of the education and pedagogical concepts; the Christian civilization apology; the Vico historicism exaltation and the “Italian spiritualism” in contrast with an anti-historicist conception of enlightenment and the positivism, generally in contraposition with a favorable evaluation from the Italian philosophical positivism. Summarizing, in the perspective of an analyzed book, the Europe conception can’t suggest otherwise the image of danger and competitiveness. The book detains itself in a provincial conscience of a poor nationalism that considers Italy the most civilized nation in Europe.

*EUROPE CONCEPTION; EDUCATION HISTORY; PEDAGOGICAL HISTORY; SCHOOL MANUALS.*

---

\* Texto do trabalho apresentado no I Congresso da SPICAE (Sociedade de história comparada da educação) ocorrido em Cassino de 25 a 27 de novembro de 1999 sobre o tema “A imagem e a idéia de Europa nos livros escolares de 1900 a 1945”. Publicado anteriormente em *Ricerche Pedagogiche*, n. 132-133, pp. 1-12, 1999.

\*\* Professor de Pedagogia e de História da Educação na Universidade de Ferrara, Itália. Diretor da revista *Ricerche Pedagogiche* e do Boletim do CIRSE (Centro Italiano per la Ricerca Storico-Educativa), do qual é o atual presidente. Publicou inúmeros trabalhos na forma de artigos e de livros, entre os quais destacamos: *Storia dell’educazione. Sinossi delle idee e dei costumi educativi e scolastici dall’antichità ai nostri giorni* (Ferrara, Corso Editore, 1994) e *Pedagogia: dall’empiria verso la scienza* (Bologna, Pitagora Editrice, 1999).

\*\*\* Tradução de Maria de Lourdes Menon, professora de italiano em Campinas. Tradução revista por Dermeval Saviani.

## 1. Considerações Gerais e Critérios Metodológicos

A imagem de Europa que se pode extrair de livros como aqueles de história da filosofia e da pedagogia é certamente sugerida por indícios indiretos, como bem se pode intuir. A própria natureza desse tipo de texto não implica, certamente, um reconhecimento sistemático das condições políticas dos vários países dos autores que são confrontados. É sobretudo o modo com que estes autores são apresentados que nos faz entender qual a concepção de Europa, e também do resto do mundo, que o compilador do livro tem e que, mesmo se de maneira quase sempre indireta, faz-se presente na organização de todo o trabalho. É claro que podem existir também parâmetros, por assim dizer, objetivos, como por exemplo o do espaço concedido a autores de outras nações europeias com relação ao concedido aos italianos, a mesma articulação de discurso com o fim de fazer emergir a influência que determinado autor teve nos fatos e no desenvolvimento do pensamento humano; mas estes são aspectos derivados do critério geral que anima o autor do livro.

Procurarei identificar tal critério expondo os resultados do exame de um manual de história da filosofia e da pedagogia redigido por Michele Federico Sciacca<sup>1</sup>, para uso dos Institutos de Magistério durante os vinte anos do período fascista. Trata-se de um livro de história da filosofia e da pedagogia, porque os programas da época previam a união das duas disciplinas, uma vez admitido e não permitido que a segunda, a história da pedagogia, pudesse ser considerada uma disciplina autônoma.

Fez-se a escolha de apresentar o livro de Sciacca<sup>2</sup> porque o volume é

- 
- 1 Michele Federico Sciacca, nascido em 1908, docente de história da filosofia na Universidade de Pavia e posteriormente de filosofia no Magistério de Gênova, parte de posições atualistas para depois confluir precisamente na corrente católica de cunho tomista. O livro que aqui consideramos é *Il problema dell'educazione nella storia della filosofia e pedagogia* (para uso dos Institutos de Magistério), Napoli, Morano, 1941-XIX, volume único. As referências no texto serão assinaladas pelo número da/s página/s entre parênteses.
  - 2 Esta obra foi publicada em português no Brasil, em 1966, pela Editora Herder, hoje EPU, em co-edição com a Editora da Universidade de São Paulo. A tradução foi feita por Antônio Pinto de Carvalho, doutor em Filosofia e em Letras, antigo

editado no período em que já começa a decadência do fascismo. Estamos em 1941, a Itália está já há um ano em guerra e o clima social e político era tal que poderia já permitir aberturas manifestadas pela união dos intelectuais. De fato, o livro de Sciacca, ainda que não sem ambigüidade e com uma firme vontade de não se comprometer ou, de qualquer forma, de se camuflar, empenha-se em evidenciar enfaticamente os valores da Igreja e afastar o atualismo gentílico. Mesmo se depois retoma nas notas comentários à doutrina do fascismo.

Em suma, o manual de Siacca mostra-se linear e acessível do ponto de vista dos estudantes, quase o ponto de chegada do livro-modelo, que fornece as noções essenciais previstas pelos programas à luz de poucos conceitos básicos, que não importa se são exatamente aqueles de educação e de pedagogia. De fato, no livro fica bastante confusa a definição do que possa ser a educação e, em particular, a pedagogia, incorporada sem meios termos na filosofia.

Em relação aos critérios com os quais procedi ao exame do livro, eles se caracterizam pela atenção aos seguintes aspectos: a) atenção à contextualização histórico-social do autor tratado; b) tratamento pedagógico, setor que aqui interessa; c) espaço dado ao autor estrangeiro ou à corrente estrangeira e às referências a eles feitas no desenvolver das várias ligações dos argumentos confrontados; d) interpretação com a qual foi apresentado o autor ou uma determinada corrente cultural educativa não italiana e a conseqüente importância a ela atribuída com as relativas motivações (se declaradas); e) coerência da análise dos vários autores com base nos conceitos de educação e de pedagogia eventualmente expressos pelo autor do manual. O uso cruzado de tais critérios de análise forneceu-me elementos suficientes e, de qualquer forma, interessantes,

---

professor das Universidades de Coimbra e de Lisboa, a partir da quinta edição italiana: *Il Problema dell'Educazione nella storia del pensiero filosofico e pedagogico*, publicada em 1960 pela Casa Editrice Giuseppe Principato, Milano – Messina (Itália). Ver, M.F. Sciacca, *O Problema da Educação na história do pensamento filosófico e pedagógico*, 2 vols., São Paulo, HERDER/USP, 1966. Ao que tudo indica, houve alteração da primeira edição, que o autor do presente artigo toma por base, para a quinta edição, na qual se baseou a tradução brasileira. Com efeito, desta não consta o capítulo “A formação do homem no Estado fascista” nem o apêndice “A doutrina do fascismo de Benito Mussolini” (N. da T.).

para chegar a supor qual imagem e qual idéia de Europa estão contidas no livro em questão e, sobretudo, se tal idéia e tal imagem estão em consonância com a apresentação de um texto de educação vista, neste caso, em sua vertente histórica.

## 2. A Falta de Contextualização Histórica

Em primeiro lugar é necessário observar uma grave lacuna de fundo que desvaloriza o livro, uma lacuna que no entanto, apesar de neste estar muito acentuada, é encontrada também na maior parte dos livros atuais. Trata-se do fato de que a apresentação dos autores, individualmente, é totalmente desvinculada da situação histórica em que viveram. O pensamento deles, assim, é analisado *in vitro*, sem nenhum confronto com as problemáticas sociais dos países onde viveram e atuaram. Isso evidentemente corresponde a uma postura idealista, compartilhada, no fundo, também por quem não era idealista no sentido estrito, por quem reduz a história à história do pensamento, história das idéias, como se estas não fossem originadas da realidade efetiva, mas fossem, elas mesmas, a realidade ou, de qualquer modo, a única realidade que valesse a pena considerar. Tal posição leva a uma consequência por certo não positiva: aquela segundo a qual o mundo pode ser considerado, enfim, como um todo único, até mesmo homologável por força de uma circulação de um único pensamento que o caracteriza. Um pensamento que se manifesta, certamente, de várias formas, mas que não demora em reconhecer-se sempre igual à sua raiz.

Se o mundo é o pensamento que o gera, não existem diferenciações e rupturas em sentido próprio, mas somente diferentes facetas fenomênicas que não têm dificuldade em integrar-se, em se complementar e dialetizar-se. Nesta perspectiva há uma substancial unidade entre os homens, ao menos aqueles pensantes, de todo o mundo. Não tem nenhuma importância se o representante daquela particular forma de pensamento é italiano ou de uma outra nação da Europa ou outro continente. A *intelligentia*, principalmente no nível mais alto, aquele que merece ser lido, interpretado e apresentado aos jovens, é unida por postulado, não tem barreiras

nacionais: ela representa a própria essência do homem como tal, cosmopolita e sem limitações territoriais.

Nesta ótica, Europa ou América, Ásia ou Austrália e assim por diante, não são outra coisa senão subdivisões convenientes, repartições territoriais metodológicas. Em princípio elas são o grande, único e unido cenário onde o Pensamento recita a sua parte de criador e de regente da realidade. Infelizmente neste alargamento desmedido da unidade do mundo, perde-se a importância das caracterizações particulares, dos problemas que cada determinada realidade apresenta e que levam a hipóteses de solução que a eles estão estreitamente ligadas.

A ilusão de um Pensamento unificador elimina, inevitavelmente, as diferenças substanciais que caracterizam o nascimento dos Pensamentos individuais e acaba por isolar o problema de fundo: que a unidade não é uma doação, mas uma conquista, uma penosa reconstrução das várias pedras que compõem o mosaico, tendo claro o desenho que este deverá assumir. Neste caso, que aqui interessa, o da idéia de Europa.

Digo logo que a consciência de tal idéia, de tal desenho, não existe no livro examinado. Existe, claro, a idéia geográfica de Europa e, num outro âmbito, aquela de Europa que, na marcada visão antropocêntrica que a cultura ocidental sempre cultivou, eleva-se *naturaliter* sobre todos os outros continentes como sede de um antropocentrismo à enésima potência, mas não tem a idéia de uma Europa que tende a harmonizar suas diferenças e que possua verdadeira consciência de uma unidade própria econômica, política e, portanto, cultural. A unidade da Europa é, sobretudo, uma abstração, uma consolação acadêmica que faz retomar as suas origens nos ideais do homem e da democracia grega que, no final das contas eram somente expressões de uma pequeníssima porção não somente do orbe terráqueo, mas até da própria Europa.

O próprio império romano, quase sempre apresentado como um momento de unidade do mundo conhecido, não era outra coisa senão a adesão, por várias razões que vão da força à tolerância por interesse, de diferentes povos que estavam, contudo, bem longe de acabar com as diferenças das populações presentes, então, na mesma Europa. *A fortiori*, um mesmo discurso vale para o renascido Sacro império romano na época carolínea, num mundo que, na própria Europa, tendia inexoravelmente

a diferenciar-se, a nacionalizar-se, através de processos mais ou menos longos e, de qualquer forma, a não reconhecer mais um único pólo de agregação.

Se a expansão do Cristianismo e o prolongado uso da língua latina na cultura ocidental pode dar ainda a ilusão de uma unidade, ao menos em âmbito europeu, no período do Humanismo e do Renascimento, também por uma circulação de idéias que se mostra favorecida não só pelo uso do latim, mas também e, sobretudo, por um confirmado e conclamado retorno às origens da cultura européia, de fato são exatamente esses movimentos que vão acelerar a manifestação de tendências que já tinham sido atraídas pela tardia Escolástica, que levam à particularização e à diferenciação, em suma, a um processo de reivindicação da autonomia, no aspecto político e religioso, epistemológico e territorial. Praticamente, é justamente a partir do Humanismo que toma corpo de maneira substancial um processo que torna claramente visível a necessidade de procurar e de criar uma unidade naquilo que unido não é, porque nunca foi. O problema da unidade da Europa faz parte deste problema. Um problema que não parece ser percebido, senão, em termos diferentes daqueles que procurei aqui sintetizar e que agora veremos em maiores detalhes.

### 3. Educação e Pedagogia

A introdução do volume é dedicada a esclarecer o que deve ser entendido por educação e por pedagogia. Encara-se o problema em dois parágrafos, um intitulado *A importância da obra educativa* (pp. 7-11) e o outro, *Necessidade da pedagogia* (pp. 11-13). A postura é, como foi dito, de tipo espiritualista: “Educação é formação da personalidade humana livre, consciente do próprio valor de realidade espiritual” (p. 7). O indivíduo que se educa adquire uma sempre “mais clara e mais compreensiva consciência de si” (ibidem). Somente o homem pode iniciar um processo similar, dado que, na visão antropocêntrica que sempre guiou e guia os teóricos da educação, ele só pode ser pessoa concebida sempre como fim e nunca como meio (p. 8).

A obra educativa, que tende a “elear os outros àquele nível de

perfeição que acreditamos ser digno da nobreza da natureza humana” (ibidem), ou seja, iluminar a sua razão com a luz da verdade e os seus corações com os valores do espírito, é imparcial. Ela diz respeito à pessoa como um todo, já que educando o seu espírito educa-se também o seu corpo; diz respeito a toda atividade humana e dura por toda vida porque tende a perseguir um ideal de perfeição, do qual santos e heróis são os modelos mais próximos e que não pode nunca ser atingido. Para iniciar tal busca, a educação se faz necessariamente “comércio de almas, compenetrações de espíritos” (p. 10), *in primis* aquele do educador e do educando os quais participam, ambos, do esforço de educar-se. O ideal de perfeição do mestre e do educando coincidem porque o educando toma-o como seu, conscientemente, e o persegue em plena liberdade com a participação do mestre. Por isso a educação é exercício da liberdade, “exercício que é disciplina interior e não acúmulo inútil de regras externas” (p. 11). Esta exaltação da liberdade acaba, depois, por anular-se, no momento em que se afirma, com passagens de claro cunho idealista que o espiritualismo católico faz seu, que “o educando deve traduzir em si a obra do mestre, de modo que a sua vontade de se educar e aquela do mestre de educar, tornem-se uma vontade única” (ibidem). São conclusões como estas, por outro lado carregadas de notável ambi-güidade, que definitivamente conseguem fazer conciliar uma idéia de educação que quer se apresentar como caracterizada pela liberdade e pela consciência, pelo esforço de tender ao ideal de aperfeiçoamento em comunhão com os outros, com a instrumentalização efetiva da mesma educação no final do Estado fascista, a cuja doutrina se faz referência e se comenta em apêndice.

Com relação à pedagogia, é definida como a teoria que determinando os fins e os métodos, estabelece e organiza a atividade educativa. Neste sentido a pedagogia, como teoria da educação, não é senão filosofia, “ou melhor, é reflexão filosófica sobre o momento educativo” (p. 13). Portanto, a pedagogia é filosofia mesmo não se resolvendo “*sic et simpliciter* na filosofia” (ibidem). Com estas definições rápidas e peremptórias, que esclarecem pouco ou nada e que são de qualquer forma insuficientes para abordar a história de alguma coisa que não se conseguiu claramente abranger, conclui-se a *Introdução*. Como se vê, ela não

toca absolutamente o problema da idéia de Europa. Não obstante, lança as premissas negativas afim de que os leitores para quem o livro se dirige, os alunos dos Institutos de Magistério, não possam formar para si, entre outras, uma idéia de Europa a partir de uma concepção lógica e argumentada da educação e da pedagogia. Se houver, e é isso que procuraremos ver, ela será veiculada através de outras dimensões, culturais no sentido geral, políticas, de opinião, filosóficas também, mas não, certamente, educativas e pedagógicas.

#### 4. A civilização como civilização cristã, melhor se também italiana

Tem início, então, o *excursus* histórico e filosófico-pedagógico através dos séculos a partir da educação na antiga Grécia. Não é o caso de considerar em detalhe as várias passagens interpretativas que Sciacca realiza ao apresentar, não obstante com forte acentuação dos aspectos filosóficos, as várias fases da primeira parte (“A idade antiga”) e da segunda (“A idade cristã e a Idade Média”).

É suficiente notar um aspecto que se revela fundamental porque é a chave interpretativa de todo o volume e do qual nasce uma forte contradição que o autor não sabe resolver ou da qual, talvez, não esteja consciente. Trata-se da forte ênfase com a qual Sciacca evidencia a contribuição inovadora e, eu diria, regeneradora da cultura e da sociedade como um todo, do Cristianismo nas suas duas componentes, de religião e de filosofia (Revelação). O Cristianismo, efetuando a passagem do intelectualismo ao voluntarismo (p. 144), representa a descoberta do “homem como objeto livre, isto é, como objeto moral” (p. 147) que encontra no amor o fundamento de si próprio e de toda a realidade. Um amor que, sustentado pela fé em Cristo e pela esperança da chegada do reino de Deus (p. 146), leva o homem à comunhão com todos os outros seres do universo numa inspiração de ativa fraternidade.

Uma vez fixados estes parâmetros, Sciacca tem em mãos um instrumento de aferição para avaliar os progressos da civilização humana, que como tal não poderá ser outra senão a civilização cristã. Cumpre-se

uma operação que revela já plenamente a contradição de usar um princípio que iguala e irmana os homens como momento de discriminação dos próprios homens e do seu pensamento que, de qualquer forma, mesmo no assunto religioso-cristão do autor, é sempre uma manifestação de Deus.

A idéia ecumênica do Cristianismo poderia dar o tom, exatamente, na definição de uma concepção de colaboração e de confronto dialético entre todos os povos da Terra e, portanto, da própria Europa no espírito de tolerância e de fraternidade. Não é isso que ocorre, dado que o autor se serve da idéia cristã para procurar, não sem uma vontade de nacionalismo, o fio condutor dos traços de progresso da civilização. Assim, a valorização do Humanismo e do Renascimento é feita sobretudo sobre a base de um revigorado espírito cristão que resgata a cultura do pântano intelectualista no qual tinha se atolado a Escolástica tardia que, com o scotismo e, especialmente o occamismo “uma vez excluída a possibilidade, mesmo limitada, de uma justificação racional do conteúdo da fé [...] esgota-se em discussões dialéticas e em sutilezas sofisticadas, em um labirinto de problemas inúteis e irrisórios” (pp. 222-223). O Humanismo e o Renascimento, apresentados em continuidade com a Escolástica sobretudo pelo espírito cristão que os anima, são vistos por Sciacca como os “séculos de glória da civilização italiana”, ou seja, “como um dos momentos mais exuberantes e fecundos do caminho da civilização cristã, que é a nossa verdadeira civilização” (p. 232). Praticamente a contribuição cultural do resto da Europa é colocada entre parênteses e, principalmente, não só é minimizada, mas vista de modo negativo justamente porque não é cristã, católica e romana, como a da Reforma.

Humanismo e Renascimento são apresentados, portanto, como fenômenos refinadamente italianos, separados da Reforma protestante considerada um movimento substancialmente anti-humanista e, portanto, em tudo culturalmente inferior. Escreve Sciacca: “Renascimento e Reforma protestante são dois movimentos antitéticos. Não têm em comum nem mesmo o comportamento de revolta contra o princípio de autoridade e de libertação da investigação de sua submissão à teologia. De fato [...] o Renascimento reivindica a liberdade da investigação não contra a autoridade teológica mas, mais que tudo, contra a autoridade aristotélica e em

nome da distinção entre ciência e teologia (já consolidada por S. Tomás) e não de discrepância entre ciência e teologia com vantagem [...] de uma e de outra. Portanto, o assim chamado individualismo do Renascimento não tem nada a ver com o individualismo da Reforma, a qual com o princípio do livre exame e a revolta aberta contra a Igreja, nega a essência do Cristianismo e rompe com aquela Idade Média, da qual, ao invés, o Renascimento é uma continuação e um aprofundamento. Além disso, a Reforma, tendo se constituído em religião positiva, é obrigada a cristalizar-se nas fórmulas dogmáticas luteranas, isto é, numa escolástica piorada [...] Especulativamente a Reforma é inferior ao Renascimento [...] No obscuro misticismo protestante, que nega o valor da pessoa humana e nega a santa fecundidade das obras [...] perverte aquele jubiloso Cristianismo que é próprio do Renascimento e que se exprime na ativa conquista do Reino de Deus, na exaltação da ação guiada pela boa vontade, atenua-se o impulso em direção ao infinito e ao amor pelo belo, pelo bom, pelas coisas. A Reforma perdeu aquilo que há de mais fecundo na pregação de Jesus e desemboca numa visão pessimista que condena o homem e a natureza” (pp. 233-235, *passim*).

Com exceção da interpretação forçada e, de qualquer modo, apodíctica, não argumentada, apresenta-se uma visão não só contraposta, mas que classifica os dois pólos em questão como inferiores e superiores sem justificativa e que quer somente enfatizar, com um forte sopro nacionalista de fundo católico, o papel fundamental da Itália. Papel fundamental que a Itália mostrará também no dar vida ao movimento da Contra-reforma católica, continuadora “do espírito do Renascimento” e, contra “o individualismo e o subjetivismo da Reforma protestante”, empenhada “na restauração [...] daqueles valores éticos e religiosos que tornam possível a vida unida” (p. 254). Este tom nacionalista é reproposto na opinião sobre Maquiavel, considerado um pensador de forte dimensão ética quando lido pelo ângulo italiano, e ao contrário, como teorizador [...] da infâmia e da malvadeza política” (p. 244) se lido, como o é, pelo ângulo europeu.

É muito clara a intenção de reivindicar uma natural legitimidade interpretativa italiana em relação à má vontade que os europeus demonstram em relação a nós.

O Humanismo e o Renascimento são fenômenos culturais principalmente italianos: “Na filosofia fora da Itália, não há nada que possa ser, mesmo de longe, a eles comparado” (p. 265). Deste ângulo, não se admira que se declare com absoluta decisão que “Galilei e não Bacon é, assim, o verdadeiro fundador da ciência moderna” (p. 265). Todo o pensamento moderno, aliás, continua Sciacca, “nasce com o Renascimento italiano e dele obtém os seus desenvolvimentos” (ibidem).

O próprio Erasmo não apresenta, na visão de Sciacca, um pensamento educativo “muito original em comparação com aquele dos nossos melhores humanistas” (p. 277). Sem falar do Humanismo alemão que, como se viu, partia de premissas “ruins”, não fosse outro, para a *nulla vis* humanista de Lutero e bastante escassa de Melanchthon, e portanto destinado a ser efêmero (ibidem).

Estas afirmações apodícticas de tom nacionalista não parecem, certamente, as melhores premissas, não somente para formar uma idéia positiva de Europa, mas para considerar a contribuição que os seus vários países deram para o desenvolvimento do pensamento.

Passadas de modo rápido e geral (cinco páginas escassas) as propostas de reforma educativa de Rabelais e de Montaigne, assim como aquelas da Reforma protestante da qual o autor não pode deixar de observar alguns resultados decisivos como a universalidade da instrução elementar e o legítimo dever do Estado de encarregar-se da instrução do povo (p. 282), Sciacca dedica cinco páginas inteiras para “a obra educativa da Contra-reforma” enaltecendo a obra dos Jesuítas para quem “a obediência absoluta, a mortificação de si próprio, compreendidas não como devoção exterior ou preguiça espiritual, mas como disciplina interna, são também elas afirmações de personalidade e, como tais, educativas” (p. 286). Certamente o ideal de uma educação uniformizadora e caracterizadora, aquelas que importavam na Europa da época, renova a ilusão de uma unidade cristã no mundo ocidental. Ilusão porque o projeto dizia respeito somente aos poderosos, excluindo sistematicamente as classes pobres e, sobretudo, porque se trata da contemplação de uma unidade como uniformidade sob a égide ética e política do catolicismo, e não como orquestração da diversidade.

## 5. Do Historicismo de Vico ao Anti-historicismo Iluminista

A análise continua sem grandes problemas particulares, ou seja, acomodando-se mais ou menos nos lugares comuns e “afogando” as considerações pedagógicas nas análises das idéias filosóficas dos vários autores sem se dedicar a uma reflexão sobre as conseqüências educativas, até Giambattista Vico. O pensador napolitano é apresentado, mesmo que indiretamente, como precursor do atualismo estadólatra gentiliano. É este, de resto, o “resultado de grande relevo” (p. 384) a que chega o historicismo de Vico segundo Sciacca que, assim fazendo, pretende realizar duas operações numa só: exaltar a força especulativa do pensador italiano e, ao mesmo tempo, indicar que as nações civilizadas mais prósperas são aquelas governadas com espírito totalitário. Esta é, de fato, a verdadeira indicação que resulta de Vico. Escreve Sciacca: “O individualismo cartesiano que, levado às suas conseqüências se concluirá na Revolução Francesa, é abandonado e substituído pelo princípio da formação da personalidade humana dentro da vida do Estado. O homem obedecendo à autoridade, obedece à sua mais profunda humanidade e realiza a sua liberdade” (ibidem).

E assim, sob uma dialética das idéias, organizam-se nações democráticas e liberais como França e Inglaterra, que procuram inspirar a sua conduta nos princípios da Revolução Francesa ou da Carta Magna e da Gloriosa Revolução. O verdadeiro Estado civilizado, moderno, desenvolvido e forte é aquele inspirado na autoridade e no totalitarismo. A idéia de Europa que dialoga e interage, ao invés de discordar entre si e uniformizar-se, está fortemente comprometida. Nesta linha, e aqui o autor demonstra certamente coerência, tem origem uma desvalorização de todo o período iluminista considerado anti-historicista, individualista e contra a autoridade da tradição representada pelo Estado e pela Igreja. “O princípio da autoridade – escreve Sciacca – era substituído por aquele do individualismo, do indivíduo como centro de toda a vida social. Os iluministas, deste modo, exatamente para tornar o indivíduo independente, submetiam-no à sua própria natureza e o reduziam a um dos tantos anéis da engrenagem mecânica da vida social. O indivíduo, livre da auto-

ridade do Estado e da Igreja, tornava-se escravo das cegas e infrangíveis leis que governam a vida humana. Além disso, arrancado de sua concretude e colocado contra a história, anulava-se em uma abstração. E o iluminismo processa a história. Todas as formas de organização social e política, as instituições econômicas e jurídicas, as crenças religiosas consagradas pela tradição e que constituem o conteúdo da história são submetidas a uma implacável revisão crítica, que deve liberar a humanidade do estorvo do passado e constituir uma nova ordem, que traga perfeição e felicidade à sociedade. Os iluministas com o seu anti-historicismo, perdiam de vista a legitimidade e a força viva daquilo que é historicamente real [...] Assim, este movimento, principalmente na França, prepara a verdadeira ruptura com a história: a Revolução que conclui tragicamente, entre torrentes de sangue e esplendores de armas, a idade das luzes” (pp. 387-388, passim). O movimento cultural, ao qual recorre a libertação dos povos do absolutismo déspota e irracional, e através do qual terá início a possibilidade de organizar a Europa política e socialmente, de modo menos mesquinho e míope que aquele imposto pelos governos de famílias das dinastias reinantes, é tachado sem meios termos, sem nenhuma cautela e discernimento, como furiosa e brutal iconoclastia destinada somente a fechar-se de maneira truculenta e desastrosa.

As iniciativas filantrópicas a favor da escola, da laicização da escola, da difusão da instrução ao povo são registradas sem muita insistência ou limitando-se a comentar que elas eram fruto de uma tensão utilitarista que caracteriza todo o Iluminismo.

Com relação ao Iluminismo italiano, menciona-se Antonio Genovese e Filangieri, o primeiro movido mais pelo “sentido de concretude e de realismo” (p. 413) e o segundo pela “abstração racionalista” (ibidem), mas merecedores de menção porque em ambos “é vivo [...] o conceito do interesse do Estado mais que do direito do indivíduo” (ibidem) que, todavia, diferentemente de que indicava Rousseau, deve ser educado primeiro como cidadão e depois como homem (ibidem). Finalmente, à formulação educativa “realista e anti-humanista” do Iluminismo (p. 416), que com o Filantropismo, havia influenciado também a Alemanha, “logo reagirá a pedagogia do Romantismo” (ibidem).

O “intervalo” kantiano, ao qual são dedicadas trinta páginas e das

quais uma é para mencionar rapidamente os “corolários pedagógicos”, permite a Sciacca “lançar-se” num terreno que o mantém, como filósofo e historiador da filosofia, mais coerente.

Além da rápida menção a Rousseau “sempre lembrado com originalidade” (p. 449) e da importância dada a Kant pela formação autônoma da pessoa que está consciente de subordinar os seus atos “à lei do dever que coincide com a liberdade” (ibidem), não se acrescenta mais nada. Nada, por exemplo, sobre os problemas da paz, sobre aqueles da autonomia da própria pedagogia, sobre as tensões cosmopolita e racionalista que agitam profundamente a reflexão kantiana com uma inspiração que quer ser verdadeiramente de âmbito europeu e mundial pela sua mensagem educativa de alta especulação moral para um eu que tende a colocar-se como o verdadeiro legislador de si próprio.

Em resumo, não se entende, absolutamente, que o Iluminismo não se concluía somente na revolução e no sangue das guerras napoleônicas (p. 451), mas também no grande esforço do criticismo kantiano que tenta superar os limites do mecanicismo naturalístico intrínsecos à corrente iluminista e que, em grande parte, acabou por ser distorcido pelo idealismo romântico do período oitocentista alemão.

## 6. O Idealismo e o Espiritualismo do Período Oitocentista

O cosmopolitismo kantiano foi transformado em potente estímulo ao nacionalismo; aquilo que em Kant é pura metodologia, função, como o “Eu penso”, transforma-se, no idealismo, em Ente metafísico criador que não possui mais dualismos porque tudo se resolve no Espírito absoluto. As portas estão agora escancaradas para a unificação forçada, para a eliminação das diferenças entre númeno e fenômeno, entre sujeito e objeto, entre natureza e espírito: os dois momentos coincidem uma vez que o Absoluto é a única nascente da atividade consciente. O deter-se sobre estes aspectos, interpretando-os não só como mecanismos, e especulativos, mas como modalidades de interpretações da história humana e como verdadeiras soluções da convivência política, não permi-

te, certamente, ressaltar a possibilidade de se formar uma imagem de Europa que se liberte da homogeneização imposta por força de um totalitarismo imperante. Não é a Europa das nações que surge, mas sim aquela submetida ao domínio de uma nação, aquela mais forte e mais organizada a induzir a vontade de todos para que coincida com a instituição ou as instituições que encarnam o Espírito absoluto ou no qual ele se encarna.

Não entro no mérito das análises de Pestalozzi ou de Froebel, de Schopenhauer e de Herbart porque, além de comentar a interpretação que Sciacca faz deles – uma interpretação, por outro lado, que não tem nada de original – não me parece que evoque nenhum aspecto relacionado direta ou indiretamente à idéia e imagem de Europa, se não pelo aspecto negativo – mais acima ressaltado como lacuna geral – de ignorar qualquer contextualização histórica das idéias dos autores citados.

Detenho-me, ao contrário, no capítulo dedicado ao “Espiritualismo italiano” que Sciacca vê como portador de “um novo sopro de vida na nossa milenar civilização romano-católica” (p. 496). Partindo deste pressuposto, Sciacca se lança em afirmações tais como “os nossos grandes espiritualistas do *Risorgimento* iluminam, com uma luz ideal, todo o movimento do pensamento europeu” (ibidem). Além de entrar no mérito de tal dimensão, talvez procurando apurar realmente quanto do pensamento dos espiritualistas italianos tenha influenciado o pensamento europeu e, até mesmo quanto dele foi conhecido na Europa, parece-me que afirmações como estas acima citadas são pouco cautelosas, ditadas principalmente por uma alta dose de chauvinismo e, igualmente, por uma vontade de injetá-las nos jovens leitores contra qualquer esforço no sentido de orientar visões mais abertas e européias.

As grandes afirmações com relação à secular tensão da península por causa da unificação numa pátria independente e autônoma que animam os escritos dos pensadores aqui considerados, e de modo mais exagerado os escritos de Gioberti, teriam necessidade daquela precisa contextualização histórico-política, que mencionei acima, e não de comentários genéricos, sob o aspecto crítico, mas “venenosos” do ponto de vista nacionalista. “Eles – escreve Sciacca referindo-se aos espiritualistas – apelam sempre para uma fé ética e religiosa que, para além das negações

desagregantes, une os homens, súditos e cidadãos da mesma Pátria, ministros do mesmo Deus, obedientes aos mesmos ideais” (p. 497). Como se vê estamos diante de um tipo de pensamento que tende ao misticismo e bastante confuso, mas sem dúvida impregnado de nacionalismo. E Sciacca exagera ainda na dose, admitindo, sem acrescentar nenhuma nota crítica, conceitos de destino nacional, de missões que a Itália deve cumprir como eleita pela providência entre as outras nações européias. “Todo povo, e mais que qualquer outro, o povo italiano – continua o nosso autor sem hesitar –, possui energias nacionais vitais, as quais é necessário potencializar para a sua sempre maior grandeza e para que cumpra a missão que lhe está reservada no conjunto da história universal” (ibidem). Não se pode deixar de refletir sobre o fato que a sempre maior grandeza de um povo aumenta o perigo de que esta seja alcançada em detrimento da grandeza de outros povos que, por sua vez, tentarão a mesma operação em nome de uma missão dada a eles pela História, por Deus, pela providência ou por quem quer que seja. Nesta perigosa *escalation* a convivência na Europa – mas também no mundo – compreendida simplesmente como “expressão geográfica” não sugere outra coisa senão a idéia de uma luta constante, às vezes latente e às vezes manifesta, de todos e contra todos, e não, é certo, de uma pacífica convivência que sabe crescer e se fortalecer buscando motivação e energia no encontro dialético das diferenças e criando um clima de colaboração e de tolerância ativa que alimenta a educação, nutrindo-se dela por sua vez.

A “tirada” nacionalista-patrioteira que Sciacca coloca como conclusão do primeiro parágrafo deste capítulo não parece realmente tal a ponto de estimular a pensar nos termos acima expostos. Ela, por outro lado, na sua pirotecnia retórica não desprovida de efeito, mas nem tampouco de confusão, é um testemunho esclarecedor das dificuldades em definir uma clara concepção educativa e, ao mesmo tempo, da vontade de avançar defendendo-se atrás do comentário aos espiritualistas, dos *distinguo* em relação ao aval que o idealismo estadolatra gentílico havia dado ao totalitarismo fascista. Trata-se de uma página que vale a pena referir inteiramente, mesmo porque parece que Sciacca a usa como manifesto para sintetizar as linhas básicas da união entre catolicismo e fascismo. Portanto, não obstante o fato do autor comentar, aparente-

mente, o espiritualismo, evidentemente olhando bem além, não por acaso – mesmo com uma evidente anti-historicidade – usa *tout-court* a expressão “o pensamento italiano”. Assim, de fato escreve:

O pensamento italiano aceita o conceito orgânico da sociedade e do Estado contra o individualismo da Revolução Francesa, mas sem degenerar na estadolatria de Hegel: considera o Estado como soberania ética e agente em todos os aspectos da vida nacional contra a doutrina liberal do Estado ausente e mal necessário, mas coloca a soberania e o conteúdo ético do Estado na dependência de um mundo moral que transcende qualquer Estado, porque transcende a história, mesmo operando no Estado e na História dos povos: renuncia ao anti-historicismo iluminista, mas rejeita o conceito da História como Deus terreno e único, conceito que acaba por negar a própria história: faz seu o princípio da liberdade do homem e do cidadão, mas evita confundir a liberdade como arbítrio do indivíduo ou com a absoluta autonomia da vontade, isto é, com uma liberdade que não é própria do homem; rejeita o princípio da ordem natural que necessariamente dirige o homem e as coisas com um mecanismo que exclui toda finalidade, assim como rejeita a concepção dialética desta ordem, a qual não o nega, absolutamente, como tal, mesmo se lhe dá um novo significado dinâmico e instaura, no lugar de uma concepção mecânica da natureza humana e física, uma concepção finalista, na qual a história se torna realização de ideais eternos de verdade e de bem e não luta de formas históricas que se destroem reciprocamente, e a necessidade mecânica é um mundo iluminado pela Providência divina: rejeita ainda, com o conceito da ordem natural, outro a ele ligado, do *homo oeconomicus*, substituindo-o pelo conceito de homem objeto espiritual que se serve das necessidades econômicas como meio para a realização de fins morais, religiosos e políticos [pp. 499-500].

## 7. Do Positivismo à Contemporaneidade

Depois de uma panorâmica, pragmática e, por muitos aspectos, fraca e, mais ainda, de caráter recognitivo sobre a pedagogia do *Risorgimento*, Sciacca examina o discurso sobre o Positivismo que – e não poderia ser

de outro modo dados os viscerais pressupostos anti-iluministas do nosso autor – é tachado de grave confusão e incoerência. Ele, de fato, “cometeu o erro de confundir, sempre, filosofia e ciência, mundo humano e mundo físico, espírito e matéria e de fazer, não raramente, péssima ciência sobre a base de pressupostos filosóficos e péssima filosofia sobre a base de pressupostos científicos [...] Também em pedagogia o positivismo (mais uma *forma mentis* que uma doutrina filosófica) foi levado a uma forma de naturalismo, que quase sempre despreza a importância educativa dos valores ideais e desconhece a profunda diferença entre o desenvolvimento espiritual e o processo de formação física” (pp. 532-533, *passim*).

Não obstante este péssimo juízo geral, Sciacca salva (bondade sua!) do naufrágio o positivismo italiano, pelo menos o filosófico, uma vez que “o científico dos biólogos, psicólogos, físicos, médicos, etc. [...] é um misto de ciência e de filosofia, ou seja, nem ciência nem filosofia, mas muitas vezes um conjunto de grosserias” (p. 541). O positivismo filosófico, ao contrário, “tem um sentido especulativo dos problemas filosóficos e pedagógicos que falta também nos maiores representantes do positivismo estrangeiro. Na Itália, de resto – prossegue Sciacca procurando ligar o nosso positivismo a Galilei – ele não é um movimento de importação” (pp. 541-542). Resta, de qualquer forma, o fato que, também o nosso positivismo – para o qual se acena brevemente a Ardigò e Gabelli – a idéia final é totalmente líquidante, definindo-o somente como “a expressão de uma época da nossa história”.

O capítulo seguinte, dedicado a “O pensamento contemporâneo”, é um rápido panorama sobre a filosofia do início do século XX: em seis páginas e meia se esgota “o pensamento alemão” (duas páginas), “o pensamento francês” (três páginas e meia) e “o pensamento anglo-americano” (uma página). Para “a filosofia italiana”, porém, são concedidas dez páginas, das quais quatro e meia são para Croce e três para Gentile. Somente uma página é dedicada à dimensão educativa, mas com uma exposição muito caótica e formalmente pouco feliz como se deduz deste trecho: “A ação do educador é realmente educativa quando o educando se reconhece naquele: a educação é auto-educação. O objeto do educador não é a criança como um ser da humanidade, nem é sujeito da criança o mestre, como um ser no qual está instaurada toda a humanidade. Todo o

saber se reduz à unidade do processo criador que coincide com a formação moral da personalidade. Filosofia, pedagogia e ética formam uma unidade no ato concreto da educação” (p. 564). Não se trata mais aqui de sugerir ou não uma idéia positiva de Europa, mas de um escrito realmente infeliz que não consegue comunicar senão obscuridade.

O volume compreende depois, uma parte V (*A atividade do espírito e os seus momentos*) subdividida em três capítulos. O primeiro, intitulado “A filosofia e os seus problemas”, expõe a concepção filosófica do autor, impregnada de espiritualismo que tende a identificar a própria instância metafísica que une filosofia e religião, com um complemento postigo sobre a “metodologia educativa” de pouco mais de duas páginas nas quais se ressalta que a metodologia educativa “não é um sistema de regras impostas de fora à consciência do educador”, mas “estudo do processo de espontânea formação do espírito” (pp. 585-586, *passim*). No todo trata-se de páginas muito imprecisas porque são, geralmente, desprovidas de qualquer argumentação. Pode parecer também que, para os propósitos do discurso aqui em questão, ou seja, a idéia de Europa, causassem pouco dano. No caso específico é verdadeiro, certamente. Mas não o é do ponto de vista geral; se pensamos que a construção de alguma coisa que valha a pena ser vivida, como acredito que possa ser considerada a formação de uma concepção positiva, ou seja, harmônica e colaborativa, pacífica e aberta para a formação racional e democrática de todos, da Europa, são necessárias contínuas e claras sugestões para se meditar de modo sempre mais complexo e profundo, e não, certamente, retóricas enfumaçadas ou afirmações ou convicções expressas de modo apodíctico.

O segundo capítulo é dedicado a “A formação do homem no Estado fascista” onde são comentadas, em parágrafos pobres e referências à “Doutrina fascista” inserida no apêndice, as retumbantes afirmações sobre um Estado que rejeita com força o liberalismo e o socialismo, que se coloca “espiritualisticamente” acima de todos os cidadãos, que não admite nada além de si, e que se coloca como Estado forte e autoritário e que promove exclusivamente uma educação nacional. A conclusão com relação a uma idéia de Europa não poderia ser mais clara.

O terceiro capítulo, “Acenos sobre a literatura infantil”, esgota-se em cinco páginas que se limitam a ressaltar que o livro, por ser um verda-

deiro livro educativo para crianças, não deve ser “exteriormente pedagógico”, mas uma verdadeira obra de arte (p. 596). E lista, rapidamente, uma sucessão de autores de livros (evidentemente entendidos como obras de arte!) para a infância, dentre os quais somente dois estrangeiros: Defoe e Verne. Também para este capítulo vale quanto foi dito para o primeiro, com o agravante de que o inexperiente leitor poderia ter a impressão de que as outras nações fossem totalmente estranhas à produção de livros para a infância, tesouro e produto quase que exclusivo da Itália fascista.

O volume conclui-se com um apêndice que traz, obrigatoriamente, “A doutrina do Fascismo de Benito Mussolini”. Não me aprofundo em nenhum comentário, dado que não é nada além de uma parte postiça do livro, cuja responsabilidade não deve ser atribuída ao seu autor. Limito-me a constatar a sua presença e a observar quão pouco, com sua visão totalitária e absolutista do Estado que marginaliza ou sufoca e que, de qualquer modo, não admite diversidade e contrastes, poderia servir para a formação educativa em geral e, em particular, para dar uma idéia positiva de Europa.

## 8. Considerações Conclusivas

No todo, para concluir, a imagem de Europa que resulta de um tal manual é aquela de uma simples expressão geográfica, repleta de nações que, mesmo tendo exprimido ou podendo exprimir idéias e conceitos sobre o problema educativo, não conseguiram fazê-lo e não o fazem tão bem quanto a Itália, que é o verdadeiro berço da civilização, compreendida como civilização cristã. As idéias nascidas na península são sempre boas e vigorosas e serviram aos outros povos para que crescessem e se desenvolvessem. Quando (às vezes acontece ou aconteceu) também a Itália teve que retomar reflexões e sugestões que surgiram em outros lugares, foi capaz não somente de reelaborá-las de forma original, mas também de reuni-las como já havia exprimido e amadurecido anteriormente a ponto de saber colher a melhor parte.

Além disso, não poderia ser diferente, dado que a Itália é o berço da civilização cristã e a Providência atribuiu-lhe uma missão a cumprir que,

substancialmente, é aquela de se tornar sempre maior e mais potente. Nesta empresa o Fascismo é um formidável e indispensável aliado. Inspirado numa visão espiritualista da sociedade e do mundo, ele persegue, com força e decisão, o fortalecimento constante do povo italiano. Por isso o Estado não pode permitir ser perturbado, nesta sua alta função missionária, por partidos e sindicatos que expressem discordâncias ou entraves. Tudo deve retornar ao interior do Estado que, único, atua para o bem e a prosperidade da Itália colocando-se contra tudo e contra todos, indivíduos, associações ou nações, que se coloquem como freios para o alcance do seu objetivo.

Também a educação, portanto, deve fazer parte não somente do Estado, mas seguir as mesmas finalidades que ele se propõe. Deve ser uma educação nacional. Nessa perspectiva, a idéia de Europa não pode suscitar senão a imagem de competitividade e de perigo. Aquilo que conta e aquilo que deve ser educado é a consciência, inteiramente provinciana no seu mesquinho nacionalismo de serem cidadãos italianos, a nação mais civilizada da Europa.